



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL**

**INTERVENÇÃO POR OCASIÃO DA CERMÓNIA DE ABERTURA DA  
REUNIÃO NACIONAL  
DA PGR/ SERNIC**

**Distintos convidados;**

**Minhas Senhoras,**

**Meus Senhores!**

Ao tomarmos a palavra nesta ocasião, gostaríamos de saudar, em nome dos magistrados e demais funcionários do Ministério Público, a todos os presentes neste acto de abertura da Oitava Reunião Nacional entre a Procuradoria-Geral da República e o Serviço Nacional de Investigação Criminal.

Dirijo uma saudação especial às Suas Excelências a Secretária de Estado e o Governador da Província de Tete, que muito nos honram com a sua presença.

Saudações e agradecimentos à Sua Excelência Senhora Ministra do Interior e ao Director-Geral do SERNIC, pela abertura e colaboração que têm demonstrado na busca de soluções na prevenção e combate à criminalidade.

Queremos saudar, igualmente, aos Sub-Procuradores-Gerais-Chefe, aos Procuradores Provinciais Chefe, aos Directores Provinciais dos Gabinetes de Combate à Corrupção e dos Serviços Nacionais de Investigação Criminal, que, no meio de grandes adversidades e desafios, têm estado a trabalhar no sentido de esclarecer os casos criminais que assolam a sociedade moçambicana.

Ao representante do PNUD, nosso parceiro neste evento, vai o nosso agradecimento por, mais uma vez, ter garantido a periodicidade da nossa reunião nacional e pelo contributo que tem estado a dar para o reforço da nossa capacidade institucional.

**Excelências,  
Distintos convidados,  
Minhas Senhoras, e  
Meus Senhores!**

A Reunião entre a Procuradoria-Geral da República e o Serviço Nacional de Investigação Criminal, que hoje inicia e com a duração de três dias, tem, de entre vários objectivos, melhorar a articulação no âmbito da instrução de processos-crimes, bem como aprimorar a investigação e instrução de processos relativos à criminalidade organizada, mormente aos crimes económicos e financeiros, branqueamento de capitais, corrupção, terrorismo e seu financiamento, raptos, tráfico de droga e de pessoas, entre outros.

Trata-se de um encontro anual de coordenação, no qual analisamos aspectos de índole organizacional, de funcionamento e de intervenção processual no exercício das nossas competências constitucionais e legais.

A presente Reunião tem a particularidade de se realizar numa altura em que, para além dos diversos temas em torno dos quais se vão orientar os debates, incluir a discussão sobre a proposta do primeiro Plano Estratégico do SERNIC, instrumento orientador e fundamental na sua actuação, enquanto órgão encarregue pela investigação criminal.

Como temos estado a fazer referência, os debates dos temas que trazemos para os nossos encontros servem de base para uma introspecção colectiva sobre o que temos estado a realizar e de que forma podemos melhor a nossa intervenção.

São notórios os esforços que temos vindo a desenvolver na prevenção e combate à criminalidade, numa altura em que o nosso órgão auxiliar, SERNIC, ainda se encontra em fase de reestruturação após a sua autonomização.

Outrossim, é do domínio público o nível de insatisfação dos cidadãos relativamente ao desfecho de alguns casos criminais que vêm assolando a nossa sociedade.

Por isso, é altura de, em conjunto, unirmos esforços, apresentando propostas e sugestões claras sobre o que pretendemos, não só para o aperfeiçoamento das nossas acções, bem como para o correcto funcionamento das nossas instituições como órgãos com competência para a instrução e acção penal.

**Excelências,**

Preocupa-nos o recrudescimento da criminalidade no geral e, em particular, dos raptos e da imigração ilegal, crimes estes que exigirão de nós, Ministério Público e SERNIC, um reposicionamento quanto às metodologias de investigação e prevenção, de modo a fazermos face aos novos e cada vez mais sofisticados métodos de actuação dos criminosos.

Por isso, devemos reforçar a nossa capacidade de intervenção, nomeadamente no trabalho operativo, na recolha de evidências, na cooperação jurídica e judiciária internacional e na articulação entre os diversos actores que intervém na prevenção e combate a este tipo de criminalidade.

A evolução do crime, dos métodos e meios de execução exigem uma resposta altamente inteligente. Por isso, temos que continuar a reforçar os nossos meios humanos e de investigação, através de formações e capacitações dos nossos quadros e de aquisição de equipamentos modernos à altura do fenómeno criminal.

Por essa razão, julgamos ser este o momento oportuno para darmos as contribuições com vista ao enriquecimento da proposta do Plano Estratégico do SERNIC, para que o mesmo esteja em harmonia com os nossos planos estratégicos, de modo a que caminhemos ao mesmo passo na prossecução dos objectivos do nosso Estado, no estabelecimento de um ambiente de justiça e paz, que passam pela prevenção e combate à criminalidade.

**Excelências,  
Distintos convidados,  
Minhas Senhoras, e  
Meus Senhores!**

Como órgãos responsáveis pela investigação criminal e detentor da acção penal, não podemos permitir que a criminalidade organizada e transnacional que o País actualmente enfrenta ponha em causa a soberania do nosso Estado e a segurança dos cidadãos, pelo que, impõe-nos o dever de contribuirmos na prevenção e combate a este mal.

Para o efeito, devemos ser rigorosos nos critérios de selecção e admissão dos nossos quadros, obedecendo-se as regras específicas impostas por lei, evitando deste modo o ingresso nas nossas instituições de indivíduos de conduta duvidosa.

Devemos, igualmente, continuar a garantir a responsabilização dos colegas que se envolvem em condutas ilícitas, que põem em causa as nossas instituições, pois só deste modo, poderemos resgatar a confiança dos cidadãos e garantir a colaboração dos mesmos no esclarecimento dos diversos ilícitos criminais que ocorrem na nossa sociedade.

**Excelências,**

A corrupção continua a ser um dos grandes entraves no combate à criminalidade organizada e transnacional, pois, é um dos *modus operandi* usado pelos criminosos para lograr os seus intentos.

Assim, devemos aproveitar a ocasião de, em conjunto, como investigadores e magistrados dos Gabinetes de Combate à Corrupção, de Criminalidade Organizada e de Recuperação de Activos, encontrar melhores estratégias de combater este mal nas nossas instituições.

Não podemos tolerar que, como órgãos com o dever de prevenir e combater a corrupção, tenhamos colegas envolvidos em práticas corruptas.

Antes de terminar, gostaríamos de aproveitar a ocasião para felicitar a todos os actores do judiciário, nomeadamente juízes, procuradores, advogados, polícias, oficiais de justiça, membros do Serviço Nacional Penitenciário e funcionários do quadro técnico-administrativo, pelo trabalho que têm estado a efectuar.

Aproveitamos, igualmente, para alertar sobre os desafios que teremos pela frente nesta ponta final do ano, um momento festivo que, infelizmente, tem sido manchado por diversas manifestações criminais, de que nada abonam a família moçambicana.

Reiteramos os nossos agradecimentos à Sua Excelência a Ministra do Interior e aos distintos dirigentes da Província pela presença e ao representante do PNUD pela prestimosa colaboração na realização deste evento.

Ditas estas palavras, honra-nos declarar aberta a Oitava Reunião Nacional da Procuradoria-Geral da República e do Serviço Nacional de Investigação Criminal.

**Muito obrigada pela atenção dispensada!**

**09 de Novembro de 2022**